



ACADEMIA MILITAR

Videovigilância: Enquadramento Legal e sua Aplicação na Prevenção Criminal — o Santuário de Fátima

Autor: Aspirante GNR Inf Diogo André Saavedra Morgado

Orientador: Prof. Doutor José Fontes

Coorientador: Capitão José Pereira

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, agosto de 2013



ACADEMIA MILITAR

Videovigilância: Enquadramento Legal e sua Aplicação na Prevenção Criminal — o Santuário de Fátima

Autor: Aspirante GNR Inf Diogo André Saavedra Morgado

Orientador: Prof. Doutor José Fontes

Coorientador: Capitão José Pereira

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, agosto de 2013

Dedicatória

Aos meus pais e irmãos, a minha família,
E a ti, Ana, por já o seres

Agradecimentos

Ciente que um trabalho de investigação, por mais singelo que seja, mesmo quando individual, não deixa de ser necessário o complemento de alguém exterior, através de uma simples opinião ou mudança de paradigma, bem como a natural criação de condições tendentes à própria prossecução do trabalho, gostaríamos de elencar algumas das pessoas que, para nós, demonstraram ser um importante contributo para a realização do mesmo.

Agradeço ao Sr. Professor Doutor José Fontes, pelo apoio ao longo de todo o processo de elaboração do trabalho de investigação, pessoa que para mim se revelou como um exemplo a seguir, desde logo nos primeiros contactos na Academia Militar, quer pela sua enorme dedicação e disponibilidade, quer pelo seu constante incentivo a sermos melhores todos os dias.

Agradeço ao Sr. Capitão José Pereira, pela revisão e orientação do trabalho na matéria jurídica, bem como na estruturação deste, servindo ainda como um importante apoio na instituição Guarda.

Agradeço ao Sr. Tenente-Coronel Santos Pereira, Oficial de ligação do Ministro da Administração Interna, por agilizar o contacto com o Sr. Dr. Jorge Garcês, que também agradeço, por me disponibilizar o processo referente ao estudo de caso.

Agradeço ao Sr. Capitão Duarte da Graça, que conseguiu separar as futuras funções de arguente, para que, à data, me transmitisse os conhecimentos que demonstra a sua já exaustiva experiência.

Agradeço ao Sr. Capitão Nélson Santana e o Sr. Pe. Cristiano Saraiva, que se mostraram disponíveis em me receber nos seus escritórios e que, sem limitações, me responderam e puseram à disposição a informação pretendida.

Agradeço também à Sr.^a Alferes Adriana Martins, pessoa incansável, que se mostrou disposta desde logo a disponibilizar-nos a informação por nós pretendida.

Agradeço à Sr.^a Filipa Melo, funcionária da Polícia Judiciária, que colocou à minha disposição os recursos da sua Instituição.

Agradeço aos meus camaradas e amigos do XVIII curso da GNR, por todos os momentos de partilha que ao longo de cinco anos vivenciámos.

Agradeço em especial aos meus pais, por todo o apoio, desde sempre.

Agradeço à minha namorada, pela compreensão demonstrada nos últimos anos, por poder contar sempre com ela e por ser quem é.

Agradeço à Academia Militar e à Escola da Guarda, pelos esforços construtivos à nossa formação, enquanto pessoas e militares.

A todos, o meu sincero obrigado!

Resumo

A investigação subsequente terá como finalidade o estudo da influência da implementação das câmaras de videovigilância no Santuário de Fátima, através do seu uso como um possível meio eficaz de prevenção da criminalidade, por este ser um importante centro de peregrinação para o mundo católico. Assim, mostra-se necessário a sua adequação a todos os trâmites legais, bem como a análise de todo o processo envolvente à sua instalação, desde o protocolo inicial entre a GNR e a entidade responsável pela administração do Santuário até ao último pedido de renovação, por parte do Gabinete do General Comandante Geral da GNR, como todo um conjunto de correspondência entre todas as entidades com a sua quota-parte de responsabilidade na implementação deste sistema de videovigilância, com o intuito de também verificar no espaço delimitado pelo estudo se de facto a utilização da videovigilância irá afetar alguns dos direitos fundamentais.

São ainda elencados os resultados obtidos pelo tratamento dos dados estatísticos, a nível criminal, referente aos períodos que antecederam a implementação da videovigilância no Santuário, comparativamente ao espaço temporal subsequente, de modo a refletir a eventual eficácia do sistema, a nível de frequência e tipologia de crimes, bem como à possível transferência destes.

Como complemento à investigação e ao trabalho desenvolvido foram realizadas três entrevistas a entidades diretamente responsáveis pela temática em apreço.

Interessa referir a importância da implicação do sistema para a redução do sentimento de insegurança, permitindo também o decréscimo dos índices criminais, utilizando a prevenção e repressão criminais, bem como o importante auxílio em matérias do foro de proteção civil.

No entanto, a Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro, obriga ao cumprimento de todo um conjunto de requisitos essenciais na salvaguarda dos direitos fundamentais, que no caso em estudo não estão a ser cumpridos, tornando-se imperativo a adoção de medidas necessárias para o cumprimento da Lei, por parte da administração do Santuário, estando em falta desde o término do período de *vacatio legis* da Portaria n.º 373/2012, de 16 de outubro.

Palavras-chave: Videovigilância. Prevenção da criminalidade. Segurança.

Abstract

This investigation aims to study the influence of the implementation of surveillance cameras in the Sanctuary of Fatima, through its use as a possible effective tools of crime prevention, because this is an important pilgrimage center for the Catholic world. It appears necessary to verify its suitability for all legal purposes, as well as an analysis of the entire process surrounding the installation, from the initial protocol between the GNR and the entity responsible for administering the sanctuary to the last renewal application to the GNR Commander General. This includes a whole set of correspondence between all entities with their share of responsibility in the implementation of this surveillance system, in order to also check the space delimited by the study to determine whether the use of video surveillance will affect some fundamental rights.

The results obtained by the treatment of statistical data, at a criminal level are listed, for the periods prior to the implementation of video surveillance in the Sanctuary, compared to subsequent time to reflect the likely effectiveness of the system, the level of frequency and typology crimes, as well as the possible transfer of these.

Three interviews with entities directly responsible for the issue in question are included as a complement to this research and work.

The importance of involving the public to reduce feelings of insecurity, was also noted and the decrease in crime rates, using conventional forms of crime prevention, as well as an aid in the important matters of the court of civil protection.

However, Law n.º 1/2005, of 10 January, requires the completion of a whole set of requirements, essential safeguarding of fundamental rights, which in our case are not being met, making it imperative to adopt the necessary measures to comply with the law, Sanctuary management, incomplete since the adaptation of the Ordinance n.º 373/2012, of 16 October.

Key words: Videosurveillance. Crime prevention. Security.

Índice Geral

Dedicatória	ii
Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Índice Geral.....	viii
Índice de Figuras	x
Índice de Tabelas	xi
Lista de Apêndices e Anexos.....	xii
Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos	xiii
Capítulo 1 — Introdução	1
1.1. Enquadramento da Investigação	1
1.2. Importância da Investigação e Justificação da Escolha.....	2
1.3. Definição dos Objetivos	4
1.4. Metodologia.....	5
1.5. Enunciado da Estrutura do Trabalho	6
Capítulo 2 — Revisão da Literatura.....	7
2.1. A Segurança e o Estado	7
2.2. Sentimento de (In)Segurança.....	8
2.3. A Prevenção Criminal	9
2.4. As Forças Policiais como Instrumento do Estado	12
2.5. Definição de Videovigilância	14
2.6. Os Direitos Fundamentais e a Videovigilância	15
2.7. Análise Técnica e Tática.....	18
2.8. Panorama Internacional — Progresso da Videovigilância.....	20
Capítulo 3 — Metodologia e Procedimentos.....	23
3.1. Método de Investigação.....	23

3.2. Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima — o Local.....	24
3.3. Recolha Documental.....	26
3.4. Entrevistas	27
Capítulo 4 — Apresentação, Análise e Discussão de Resultados	29
4.1. Enquadramento Jurídico	29
4.2. Protocolo de Cooperação Inicial	32
4.3. Pedido de Autorização da Implementação Inicial de Videovigilância.....	33
4.4. A Evolução da Videovigilância no Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima.....	35
4.5. Modelo de Avisos e Simbologia.....	41
4.6. As Câmaras de Vídeo no Santuário de Fátima	43
4.7. Análise Criminal no Santuário	44
4.8. Análise das Entrevistas.....	51
Capítulo 5 — Conclusões e Recomendações	54
5.1. Verificação das Hipóteses Enunciadas	54
5.2. Considerações Finais e Recomendações	57
5.3. Limitações	58
Bibliografia.....	59
Apêndices.....	1
Apêndice A — Setores de Vigilância das Câmaras do Santuário	2
Apêndice B — Entrevistas	10
1. Entrevista ao Sr. Cap. Duarte da Graça	10
2. Entrevista ao Sr. Cap. Nélon Santana	12
3. Entrevista ao Sr. Pe. Cristiano Saraiva	13
Anexos.....	15
Anexo A — Protocolo de Cooperação Inicial	16
Anexo B — Despacho n.º 27115/2008, de 16 de outubro.....	19
Anexo C — Despacho n.º 7790/2010, de 22 de abril.....	21
Anexo D — Despacho n.º 1718/2011, de 11 de janeiro.....	23

Índice de Figuras

Figura n.º 1 — Mapa Geral do Santuário	26
Figura n.º 2 — Tipos de crimes em 2007 na freguesia de Fátima.....	45
Figura n.º 3 — Ocorrências no Santuário entre 2007 a 2011	46
Figura n.º 4 — Carteiras recuperadas de 2007 a 2011	47
Figura n.º 5 — Suspeitos identificados no Santuário de 2007 a 2011.....	48
Figura n.º 6 — Total das ocorrências por mês no Santuário de 2007 a 2011	48
Figura n.º 7 — Total das ocorrências por dias da semana no Santuário de 2007 a 2011	49
Figura n.º 8 — Total das ocorrências por período horário no Santuário de 2007 a 2011	50
Figura n.º 9 — Total das ocorrências entre 2007 a 2011, com distinção entre locais videovigiados e não videovigiados	51
Figura n.º 10 — Setor de Vigilância Câmara 1 — <i>Self Service</i> (Velas)	2
Figura n.º 11 — Setor de Vigilância Câmara 2 — Queima das Velas	3
Figura n.º 12 — Setor de Vigilância Câmara 3 — Capelinha das Aparições.....	4
Figura n.º 13 — Setor de Vigilância Câmara 4 — Colunata Norte.....	5
Figura n.º 14 — Setor de Vigilância Câmara 5 — Colunata Sul	6
Figura n.º 15 — Setor de Vigilância Câmara 6 — Casa N. Sr. ^a do Carmo	7
Figura n.º 16 — Setor de Vigilância Câmara 7 — Candeeiro Sul	8
Figura n.º 17 — Setor de Vigilância Câmara 8 — Candeeiro Norte.....	9

Índice de Tabelas

Tabela n.º 1 — Considera a implementação da videovigilância uma mais-valia?.....	52
Tabela n.º 2 — Considera que são postos em causa direitos fundamentais das pessoas, recorrendo-se à videovigilância?	52
Tabela n.º 3 — Qual a sua perceção relativamente ao sentimento de segurança dos peregrinos e funcionários do Santuário quando comparados os períodos temporais antes e após a implementação das câmaras de vídeo?	53

Lista de Apêndices e Anexos

Apêndices	1
Apêndice A — Setores de Vigilância das Câmaras do Santuário	2
Apêndice B — Entrevistas	10
Entrevista ao Sr. Cap. Duarte da Graça	10
Entrevista ao Sr. Cap. Néilson Santana	12
Entrevista ao Sr. Pe Cristiano Saraiva	13
Anexos	15
Anexo A — Protocolo de Cooperação Inicial	16
Anexo B — Despacho n.º 27115/2008, de 16 de outubro	19
Anexo C — Despacho n.º 7790/2010, de 22 de abril	21
Anexo D — Despacho n.º 1718/2011, de 11 de janeiro	23

Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos

AM	Academia Militar
art.º	artigo
CC	Código Civil
CCTV	<i>Close Circuit Television</i>
CNPD	Comissão Nacional de Proteção de Dados
CP	Código Penal
CRP	Constituição da República Portuguesa
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
DTer	Destacamento Territorial
ETA	<i>Euskadi Ta Askatasuna</i>
GNR	Guarda Nacional Republicana
IRA	<i>Irish Republican Army</i>
LPD	Lei de Proteção de Dados Pessoais
LSI	Lei de Segurança Interna
m	metro
Pe	Padre
PJ	Polícia Judiciária
PM	Polícia Marítima
PSP	Polícia de Segurança Pública
PTer	Posto Territorial
QD	Questão Derivada
RCFTIA	Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SIS	Serviço de Informações e Segurança
SPA	Serviço de Policiamento Aéreo
SOITRP	Secção de Operações, Informações, Treino e Relações Públicas